



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola na República Portuguesa

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

07 de Fevereiro de 2025

Elaborado por: Serviços de Imprensa

Av.^a da República n.º68, 1069-213
Lisboa - Portugal
Telf.: (+351) 965902180
Fax: (+351) 217 951 778
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores

JORNAL DE ANGOLA *On Line*

SEXTA-FEIRA, 07 DE FEVEREIRO DE 2025

Presidente da República exonera e nomeia Chefes de Missões Diplomáticas

O Presidente da República, João Lourenço, assinou, hoje, decretos a exonerar e nomear Chefes de Missões Diplomáticas, no âmbito de um processo de rotação de quadros no sector da diplomacia.

Foram nomeados:

- Alfredo Dombe, para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República de Angola na República do Rwanda;

- Balbina Malheiros Dias da Silva, para o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária da República de Angola no Reino de Espanha;

- Baltazar Diogo Cristóvão, para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República de Angola na República do Zimbabwe;

- José Filipe, para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República de Angola no Reino de Marrocos.

Foram exonerados:

- Agostinho Tavares da Silva Neto, do cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República de Angola acreditado na República do Zimbabwe;

- Baltazar Diogo Cristóvão, do cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República de Angola acreditado no Reino de Marrocos;

- José Filipe, do cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República de Angola acreditado na República da Hungria;

- Alfredo Dombe, do cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República de Angola acreditado no Reino de Espanha;

- Balbina Malheiros Dias da Silva, do cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República de Angola acreditada na República Federal da Alemanha;

- Eduardo Filomeno Bárber Leiro Octávio, do cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República de Angola acreditado na República do Rwanda. (J.A.)++++

Presidente João Lourenço concede entrevista em breve à Jeune Afrique

O Presidente da República, João Lourenço, concede, em breve, uma grande entrevista à prestigiada revista francesa “Jeune Afrique”, para abordar questões ligadas ao país, ao continente africano e ao mundo.

Segundo uma publicação da Presidência da República, no Facebook, a entrevista será conduzida pelos experientes jornalistas François Soudan e Estelle Maussion. A entrevista trará à tona as ideias, as reflexões, bem como o posicionamento do Chefe de Estado, João Lourenço, que governa o país desde 2017, tornando-se o quarto Presidente na história da nação angolana, que este ano (2025) vai comemorar 50 anos de Independência Nacional.

Entretanto, em 2021, a “Jeune Afrique” tinha reconhecido os progressos alcançados nas reformas em curso, em Angola, desde o início de 2018.

Sobre François Soudan

O veterano jornalista François Soudan formou-se na Escola de Jornalismo de Lille e Instituto de Estudos Políticos de Grenoble, apurou o JA Online. Trabalha para a revista Jeune Afrique desde 1977, onde exerce o cargo de director editorial desde 2007, e é, também, um dos vice-presidentes da Jeune Afrique Media Group, que detém outras publicações.

Da sua vasta experiência no jornalismo constam coberturas em importantes eventos, com destaque para a guerra civil angolana, o conflito Chade-Líbia e a guerra Irão-Iraque.

François Soudan é ainda autor dos livros “Conversas do Homem de Ferro com Paul Kagame”, “Kagame: O Presidente do Rwanda fala” “Mandela, o indomável”, e “Uma certa ideia da Guiné”.

Sobre Estelle Maussion

A jornalista Estelle Maussion estudou na Sciences Po de Bordéus e no Centro de Formação de Jornalistas, em França. De 2012 a 2015, viveu em Angola e foi correspondente da Agência France Presse e da Radio France Internationale.

A destacada jornalista da Jeune Afrique é autora do livro “La dos Santos company – Mainmise sur L’Angola”, (“A empresa dos Santos, o controlo de Angola”, em português).

A Jeune Afrique é uma revista semanal de língua francesa, fundada em 1960 em Túnis e posteriormente publicada em Paris pelo Jeune Afrique Media Group. É a revista pan-africana mais lida e oferece cobertura sobre política africana e internacional, notícias económicas e culturais. É também editora de livros, sob o selo "Les Éditions du Jaguar". *(J.A.)++++*

Embaixador da Argélia em Angola recebido no Palácio Presidencial

O Chefe de Estado, João Lourenço, recebeu, hoje, no Palácio Presidencial, cumprimentos de despedida do embaixador da República Democrática Argelina acreditado em Angola, Abdelhakim Mihoubi.

De acordo com uma nota do MIREX, enviada ao JA Online, o diplomata representou os interesses argelinos em Angola durante os últimos quatro anos e meio. À imprensa, no final do encontro, Abdelhakim Mihoubi disse que as relações políticas entre os dois países são históricas e excelentes.

Defendeu, entretanto, o incremento do relacionamento nos domínios económico, particularizando o interesse já manifestado por empresários angolanos na aquisição de cimento argelino, refere o documento. *(J.A.)++++*

Ministros da SADC concertam ideias sobre situação de segurança na RDC

Os ministros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) concertaram, esta sexta-feira, em Dar-Es-Salaam, Tanzânia, pontos de vista sobre a situação política e de segurança que prevalece no Leste da República Democrática do Congo.

Esta reunião, segundo uma nota do MIREX, antecede uma outra, a ter lugar ainda no decorrer desta manhã de sexta-feira entre os ministros da SADC e os mais Altos

responsáveis da Comunidade da África Oriental (CAO), para se definir um posicionamento comum que visam garantir uma resolução pacífica do conflito na RDC.

A Reunião dos Ministros da SADC reafirma a solidariedade e o compromisso incondicional da Comunidade de continuar a apoiar a RDC na prossecução dos seus objectivos de salvaguarda da sua independência, soberania e integridade territorial, bem como da paz, segurança e desenvolvimento sustentável.

"Reafirma ainda o apoio da SADC ao Governo da República Democrática do Congo através do destacamento da SAMIDRC até ao fim do seu mandato, incluindo a sua liberdade de circulação e o exercício do direito de autodefesa, em conformidade com o direito internacional, além da segurança colectiva em conformidade com o Pacto de Defesa Mútua da SADC", lê-se no comunicado.

A Reunião dos Ministros da SADC, acrescenta, apela para um cessar-fogo imediato e cessação incondicional de todas as hostilidades com vista a proteger vidas humanas e a criar condições para a retirada imediata do grupo M23 e das RDF; a prestação de assistência humanitária, incluindo o repatriamento de mortos e a evacuação de feridos.

Apela também a abertura das principais rotas de abastecimento, incluindo as rotas Goma-Sake-Bukavu, Goma-Kibumba-Rumangabo-Kalengera-utshuru Bunangana e Goma-Kiwanja-Rwindi-Kanyabayonga-Lubero, incluindo a navegação no lago Kivu entre Goma e Bukavu, assim como a reabertura imediata do Aeroporto de Goma sob a protecção das FARDC; e o restabelecimento imediato dos serviços públicos.

A Reunião dos Ministros da SADC recomenda a convocação de uma Reunião Conjunta dos Chefes de Estado-Maior das Forças de Defesa da Comunidade de Desenvolvimento da

Africa Austral (SADC) e Comunidade da África Oriental (CAO), com vista a dar orientações técnicas sobre o cessar-fogo e a cessação das hostilidades.

Por último, solicita à União Africana (UA) que convoque urgentemente uma segunda Cimeira Quadripartida sobre a situação de segurança na RDC e mandatara os Secretariados da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da Comunidade da África Oriental (CAO) para encetar contactos com a União Africana (UA) com vista à convocação da mesma. (J.A.)++++

Ministro Tété António recebe menção honrosa

O ministro das Relações Exteriores, Tété António, recebeu, ontem, das mãos do director-geral da Skylight, Aires dos Anjos Manuel Lenço, uma menção honrosa em reconhecimento pelo seu engajamento e dedicação em prol da diplomacia angolana.

O acto teve lugar na sede do Ministério das Relações Exteriores (à Mutamba), baixa de Luanda, numa iniciativa da agência Skylight Comunicação e Eventos, que organizou recentemente uma gala de premiação no âmbito da realização da 2.ª edição do Prémio Personalidade Política do Ano.

Além do chefe da diplomacia angolana, foram seleccionados para concorrer nesta 2.ª edição do Prémio Personalidade Política do Ano, na categoria de ministro, Sílvia Lutucuta, titular da pasta da Saúde, João Baptista Borges, da Energia e Águas, Diamantino Pedro Azevedo, dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, e Mário Augusto da Silva Oliveira, das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social.

Na primeira edição do prémio, o Presidente da República, João Lourenço, foi distinguido como a Personalidade Política do Ano. Na ocasião, foram reconhecidas as

contribuições do Chefe de Estado em diversos domínios, incluindo a dinamização do sector da Saúde, onde Angola se destacou na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) como o país que mais investiu nessa área.

Além disso, foram destacadas as suas iniciativas na busca de soluções pacíficas para conflitos regionais, especialmente nas regiões da SADC e da CEEAC, e a elevação da diplomacia angolana no cenário internacional, evidenciada pela recente visita ao país do ex-Presidente norte-americano Joe Biden.

As acções do Presidente João Lourenço nos sectores das Infra-estruturas, Energia, Habitação e Transportes também foram ressaltadas como factores que contribuíram para essa distinção. (J.A.)++++

Angola defende leis fortes na SADC para proibir casamento precoce

A presidente da Assembleia Nacional, Carolina Cerqueira, exortou, quinta-feira, os Estados-membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) a elaborarem leis com um quadro jurídico forte e uniforme para a proibição e prevenção dos casamentos prematuros.

Ao discursar no lançamento da Campanha de “Erradicação do Casamento Infantil e da Gravidez na Adolescência – Uma questão de Direitos Humanos e Desenvolvimento da Criança”, a líder parlamentar disse que as leis devem constituir a principal via para lidar com os direitos de saúde sexual e reprodutiva.

Para o caso de Angola, Carolina Cerqueira sublinhou que a iniciativa pode ser exercida pelos deputados à luz do n.º 1 do artigo 167 da Constituição da República.

Carolina Cerqueira ressaltou, ainda, que a Lei modelo a nível dos Estados-membros deve servir de padrão e

instrumento de advocacia para que os legisladores da Região Austral de África possam facilmente adaptar as leis internas para tratar da erradicação de casamentos prematuros, “sem usurpar a autoridade dos parlamentos nacionais, que devem determinar o âmbito, estrutura e formato do conteúdo das suas leis”.

No âmbito das relações institucionais, a presidente da Assembleia Nacional considerou, igualmente, que se deve, nos termos da Lei e no modelo da SADC, fortalecer as relações de trabalho com o Executivo numa dinâmica de interdependência, a fim de agilizar a criação de leis que respondam a estas preocupações.

“Contudo há que ter sempre em conta obstáculos para a erradicação do casamento prematuro, nomeadamente a falta de sistemas eficazes de registo de nascimento, o que torna difícil determinar a idade para efeitos de aplicação de uma lei sobre o casamento prematuro, falta de educação junto das famílias e das comunidades visando a erradicação do casamento precoce e a sua prevenção”, referiu.

Por outro lado, Carolina Cerqueira lembrou que a Assembleia Nacional já aprovou leis que possam ter um impacto na prevenção e erradicação de casamentos precoces, tendo destacado aqui as Leis sobre ofensas corporais, ofensas sexuais, contra a violência de género e contra o tráfico humano.

Neste contexto, destacou que todas estas leis estão incorporadas na Constituição da República de Angola, Código Penal, Lei contra a Violência Doméstica e a Lei Geral do Trabalho (LGT).

Apoio da Academia Parlamentar

A presidente da Assembleia Nacional assegurou que a recente criação da Academia Parlamentar vai promover seminários, mesas-redondas, inquéritos e relatórios para

ajudar a contextualização das questões e preocupações ligadas às temáticas dos casamentos prematuros e a erradicação dos casamentos precoces, com base na legislação interna.

A Academia poderá também fazer a previsão de recolha de dados sobre o número e a situação de menores em situação de casamento precoce, incluindo a educação da criança, o acesso a recursos, cuidados sanitários, ensino, informação e lazer, bem como a situação socio-económica da família, acesso ligado à saúde e outras informações sobre a criança e ao mesmo tempo proteger dados pessoais, de forma a garantir a sua privacidade.

“É imperativo compreender que uma monitorização bem-sucedida através do trabalho valioso da Academia Parlamentar impactará os trabalhos dos deputados neste domínio”, disse.

Campanha alinhada aos compromissos globais

A coordenadora residente das Nações Unidas em Angola, Zahira Virani, disse que a Campanha contra casamentos prematuros está alinhada com os compromissos globais e regionais, incluindo os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável cinco, sobre igualdade de género, o Objectivo 16 sobre Paz, Justiça e Instituições Eficazes, assim como a estratégia da SADC para a saúde e direitos sexuais reprodutivos.

Zahira Virani esclareceu, também, que 30 por cento das raparigas com idades entre 20 e 24 anos se casaram antes dos 18 anos, tendo destacado que nas idades dos 15 aos 19 anos, 35 por cento das raparigas já têm um ou mais filhos e seis por cento das raparigas entre os 15 e os 19 anos sofreram violência física durante a gravidez.

Segundo a coordenadora residente das Nações Unidas em Angola, adicionalmente a taxa de gravidez na adolescência é muito superior à média da África Subsaariana, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Iniciativa vai abranger área pedagógica

O secretário-geral da Assembleia Nacional, Pedro Agostinho de Neri, disse que de Fevereiro a Maio deste ano a campanha vai englobar seis actividades de pendor pedagógico consultivo e legal, que visam promover a discussão sobre o flagelo da gravidez prematura e das nefastas consequências do presente e do futuro.

Pedro Agostinho de Neri informou que a iniciativa do projecto vai dar, também, respostas às questões estruturais ligadas à Saúde, direitos sexuais e reprodutivas, VIH-SIDA, desigualdades de género, proibição de casamentos precoces e apoiar a realização dos compromissos regionais e globais.

(J.A.)++++

Executivo define estratégia nacional para preservar as nascentes dos rios

O Executivo está a elaborar uma estratégia nacional para a preservação das nascentes dos principais rios do país, sob coordenação do Ministério do Ambiente.

O anúncio foi feito, ontem, pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, no fim da reunião ordinária do Conselho Nacional de Águas, orientada pela Vice-Presidente da República, Esperança da Costa. Durante o encontro, os participantes discutiram a gestão do Canal do Cafu, inaugurado em Abril de 2022, actualmente sob administração temporária da empresa construtora.

Segundo o ministro, o contrato de gestão expira em Abril deste ano, sendo necessária uma definição urgente sobre o modelo de gestão futura, que deverá ser assumido pelo Governo Provincial do Cunene, com o apoio dos Ministérios da Energia e Águas e da Agricultura e Florestas.

A reunião abordou, ainda, a importância da cobrança de taxas para garantir a sustentabilidade ambiental e

económica dos recursos hídricos do país. Além disso, acrescentou João Baptista Borges, foi feito um balanço do acesso ao saneamento, um desafio no cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) n.º 6, que prevê o acesso universal à água potável e saneamento.

Segundo o ministro da Energia e Águas, dados apresentados indicam que 56 por cento da população rural, o equivalente a mais de 15 milhões de pessoas, não têm acesso a serviços de saneamento, e a média nacional é de apenas 22 por cento.

João Baptista Borges disse que no âmbito do programa de saneamento inclusivo, liderado pelas comunidades e escolas, foi anunciado que 202 aldeias já erradicaram a defecação a céu aberto. A meta do Executivo, acrescentou, é que, até 2030, todas as comunidades rurais tenham instalações adequadas para saneamento, reduzindo em 72 por cento a propagação de doenças como a cólera.

O Instituto Nacional de Meteorologia (INAMET) informou que o mês de Fevereiro de 2025 deverá registar chuvas acima da média no Sul do país, o que é positivo para regiões afectadas pela seca.

O ministro da Energia e Águas explicou que na localidade de Caxarandanda, município da Quissama, onde há casos de cegueira possivelmente relacionados ao consumo de água contaminada, o Executivo prevê a construção de um sistema de abastecimento e uma estrada de acesso para melhorar as condições de vida da população local.

Combate à seca no Namibe

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, anunciou, ontem, em Luanda, que o Executivo vai avançar com um conjunto de medidas para mitigar os efeitos da seca no Namibe, incluindo a construção de seis grandes barragens e a reabilitação de 43 pequenos açudes coloniais.

Segundo o governante, as obras estruturantes das barragens já têm financiamento garantido e estão inscritas no Programa de Investimentos Públicos (PIP) deste ano.

Abastecimento de água

O ministro João Baptista Borges anunciou, ainda, o início do projecto de abastecimento de água do Benfica para o Morro Bento, beneficiando infra-estruturas como o Hospital Pedalé e a Clínica Multiperfil, além de bairros como Ambuíla e a parte alta da Corimba.

Este projecto, prosseguiu, faz parte de um conjunto de iniciativas que inclui os sistemas de Bita e Quilonga, os quais, juntamente com o Proágua, vai permitir expandir o abastecimento de água para mais de 7,5 milhões de pessoas. O plano, sustentou, prevê ainda a recuperação de 400 mil metros cúbicos diários de água actualmente perdidos devido a avarias nos sistemas. (J.A.)++++

Ministro de Estado Francisco Furtado apela à prontidão para desafios emergentes

O ministro de Estado e chefe da Casa Militar do Presidente da República, Francisco Pereira Furtado, manifestou, quinta-feira, em Luanda, preocupação face à crescente instabilidade geopolítica no continente africano, alertando para a necessidade de uma maior preparação das forças de defesa e segurança para enfrentar os desafios emergentes.

O governante fez o pronunciamento durante a abertura da “Reunião das Chefias das Forças Armadas Angolanas 2025”, onde apelou à prontidão combativa das forças governamentais face à escalada de conflitos em várias partes de África, muitos dos quais impulsionados por interesses externos e por ambições internas de tomada de poder por vias inconstitucionais, como golpes de Estado e insurreições populares.

“Angola mantém uma postura de firme repúdio a estas práticas, reforçando a necessidade das Forças Armadas permanecerem em estado de prontidão”, alertou. Francisco Furtado destacou ainda a importância da manutenção da soberania e da ordem constitucional, face ao agravamento dos conflitos no continente.

Para o ministro de Estado e chefe da Casa Militar do Presidente da República, a defesa do país não passa simplesmente por empunhar armas, mas também pelo combate aos crimes económicos e financeiros, ao tráfico de seres humanos, à cibercriminalidade e à imigração ilegal.

Instabilidade no continente

O ministro de Estado e chefe da Casa Militar do Presidente da República evocou o papel de Angola na busca de soluções pacíficas, particularmente na Região dos Grandes Lagos, onde a violência no Leste da República Democrática do Congo (RDC) continua a ameaçar a segurança regional.

O general de exército reformado destacou a necessidade de reforçar a preparação das forças militares, apostando na modernização de equipamentos e no aperfeiçoamento das estratégias de defesa.

Francisco Furtado enfatizou ainda o papel das Forças Armadas Angolanas em missões de paz e assistência humanitária sob a égide de organizações como a União Africana (UA), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC).

Além da defesa nacional, o governante elogiou a actuação conjunta das FAA e da Polícia Nacional no combate ao vandalismo e na protecção dos bens públicos. “Devemos continuar nesta senda, reforçando a cooperação no combate à criminalidade e outras ameaças à ordem pública”, destacou.

Crise na RDC

Sobre a instabilidade na República Democrática do Congo, o governante enfatizou o papel do Chefe de Estado angolano, João Lourenço, enquanto Presidente em exercício da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) e prestes a assumir a presidência rotativa da União Africana, nos esforços diplomáticos para a resolução do conflito no país vizinho.

Francisco Pereira Furtado reiterou a posição do Executivo angolano de que o diálogo é a única via para garantir a segurança e estabilidade na região. “Devemos trabalhar unidos na remoção dos obstáculos que ameaçam o Roteiro de Paz de Luanda”, declarou, apelando ao reforço dos mecanismos de verificação e controlo que obriguem grupos como o M23 e outros actores armados a cumprirem os acordos estabelecidos.

Formação dos efectivos

Francisco Furtado destacou a necessidade de uma aposta contínua na formação dos efectivos, na educação patriótica e na disciplina dentro das forças de defesa e segurança.

“Temos a sublime missão de inculcar nos militares os valores e princípios da organização castrense, que os diferenciem e os tornem mais fortes para enfrentar os desafios nos momentos de maior adversidade”, sublinhou.

O encontro reforçou o compromisso das Forças Armadas Angolanas (FAA) com a estabilidade e segurança de Angola, num momento em que o país se posiciona como um factor-chave na resolução de conflitos na região. *(J.A.)++++*

Bolsa de Angola movimentada 629 mil milhões de kwanzas

O volume de negócios movimentados na Bolsa de Dívida e Valores de Angola (Bodiva) registou, em Janeiro, um

volume de negócios de 629,2 mil milhões de kwanzas, representando uma retracção em relação ao montante alcançado no mesmo período de 2024, quando as negociações rondavam os 766,9 mil milhões de kwanzas.

Os dados no Dashboard dos mercados Bodiva mostram que no primeiro mês do ano, a Bodiva movimentou 629,2 mil milhões de kwanzas, onde 96,2 por cento dos negócios foram realizados em ambiente bilateral (605,5 mil milhões de kwanzas), quando os negócios multilaterais totalizaram cerca de 23,6 mil milhões.

O número total de contas custódia activas, número que serve para medir o volume de investidores, totalizou 35.500, um aumento de 16,9 por cento, na comparação com igual intervalo de 2024. Portanto, mais 5.157 investidores.

No ano passado, a Bodiva movimentou 6,05 biliões de kwanzas em negócios, ao longo de 2024, quebra de 21 por cento em relação ao volume alcançado em 2023, quando as negociações rondaram os 7,6 biliões de kwanzas.

Em Dezembro de 2024, a Bodiva registou o segundo maior movimento de 790,7 mil milhões de kwanzas, seguido dos meses de Julho e Agosto com registos de negócios de 782,9 e 864,3 mil milhões de kwanzas, quando o mês de Fevereiro foi o de menor movimento, com 205 mil milhões.

O ano de 2023 foi o maior volume financeiro movimentado historicamente na bolsa angolana, volume de 7,6 biliões em kwanzas registado, impulsionado pela emissão das obrigações corporativas da Sonangol conjugado com o desempenho do Tesouro Nacional que em determinado momento do ano realizou algumas operações de recompra, compra e venda de dívida para alongar a maturidade da dívida. (J.A.)++++

Juíza Maria Gamboa preside Júri do Concurso para liderança da CNE

A veneranda juíza conselheira do Tribunal Supremo, Maria Guiomar Gamboa, foi nomeada pelo Plenário do Conselho Superior da Magistratura Judicial, para presidir o Júri do Concurso Curricular de Provimento da Vaga de Presidente da Comissão Nacional Eleitoral (CNE).

Em Sessão Ordinária, realizada na manhã desta quarta-feira, o Plenário do Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ), nomeou, igualmente, o juiz desembargador, António José Santana para vice-presidente, e o vogal do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Fernando de Almeida Gomes.

Nos termos do Artigo 8.º do Regulamento do concurso, o Júri terá um grupo de apoio técnico, composto por quatro funcionários do secretariado do Conselho Superior da Magistratura Judicial. O mandato do Presidente da Comissão Nacional Eleitoral (CNE) tem a duração de cinco anos renováveis. (J.A.)++++

MPLA reforça estratégia de mobilização e coesão política

O Secretário do Bureau Político para Organização, Mobilização, Organizações Sociais e Sociedade Civil do MPLA, Gonçalves Muandumba, afirmou em Luanda que o partido está a reforçar a sua estratégia de mobilização e coesão política em todo o país.

Gonçalves Muandumba fez essa declaração durante uma reunião com os segundos Secretários do partido a nível nacional, realizada na sede do MPLA. O encontro teve como objectivo fortalecer o trabalho político-partidário junto às comunidades.

Durante a reunião, o secretário do Bureau Político para Organização, Mobilização, Organizações Sociais e Sociedade

Civil, enfatizou a necessidade de consolidar a democracia interna e fortalecer a unidade dentro do partido. O governante político, disse que os elementos são fundamentais para assegurar a liderança do MPLA na construção de uma Angola mais desenvolvida, democrática e inclusiva para todos.

Gonçalves Muandumba destacou ainda o papel dos segundos secretários no apoio aos primeiros secretários na implementação de estratégias que incentivem a participação activa da população no processo político. "É essencial intensificar o trabalho político-partidário, garantindo que as vozes das comunidades sejam ouvidas e que o partido continue a ser um agente de desenvolvimento e progresso", afirmou.

Segundo o político, essa mudança busca atender o crescimento demográfico, reduzir as assimetrias regionais e aprimorar a eficiência da administração pública e a prestação de serviços à população. "Com a nova divisão política e administrativa, o MPLA tem a responsabilidade de se adaptar e garantir que suas estruturas intermediárias operem de forma coesa e eficiente", ressaltou.

O político apelou para que as conferências constitutivas dessas estruturas, organizadas de maneira unificada, reforcem a base do partido em todo o país. O apelo de Gonçalves Muandumba reflecte o compromisso do Presidente da República e líder do MPLA, João Manuel Gonçalves Lourenço, em continuar a impulsionar o desenvolvimento de Angola, de modo a promover a inclusão, a democracia e a coesão social, pilares essenciais para o futuro do país.

A reunião contou ainda com a presença de João de Almeida Martins "Jú Martins", secretário do Bureau Político para os Assuntos Políticos Eleitorais, que reforçou a importância do trabalho conjunto para ampliar a presença do MPLA em todas as regiões do país. (J.A.)++++

País propõe Rede Parlamentar para debate de desafios do Atlântico

Angola defendeu quinta-feira, em Rabat, Marrocos, a criação de uma Rede Parlamentar dedicada a um Atlântico africano próspero, que sirva como um fórum para a troca de ideias, melhores práticas e políticas públicas, com vista a solucionar os desafios em curso.

O posicionamento foi assinalado pela presidente da 2.^a Comissão de Defesa, Segurança, Ordem Interna, Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Ruth Mendes, tendo destacado que a iniciativa visa fortalecer a cooperação entre os países africanos e as nações que fazem parte da bacia atlântica.

Ao intervir em representação da presidente da Assembleia Nacional, Carolina Cerqueira, durante a reunião dos líderes parlamentares dos países da África Atlântica, em Rabat, Marrocos, a deputada disse tratar-se de um passo fundamental para enfrentar os desafios contemporâneos e construir um futuro melhor para as próximas gerações.

A deputada sublinhou que, através do diálogo e da cooperação, os países da região atlântica podem não, apenas, garantir a sua própria estabilidade, mas também contribuir para um mundo mais pacífico e próspero.

Segundo Ruth Mendes, a promoção de uma Rede Parlamentar para um Atlântico estável é de extrema relevância, uma vez que a estabilidade e a prosperidade da região dependem da colaboração mútua e do diálogo permanente entre os Estados.

“O Atlântico, enquanto espaço geográfico e económico, é vital para o desenvolvimento de África, pois as suas costas abrigam uma diversidade de recursos naturais, culturas e economias que, se bem integradas, podem promover um crescimento sustentável a nível dos Estados africanos do

Atlântico”, enfatizou. A deputada angolana lembrou que a região enfrenta desafios como conflitos, desigualdades sociais e mudanças climáticas que exigem uma abordagem pragmática dos seus parlamentos.

Justificou a ideia da criação de uma Rede Parlamentar dedicada ao Atlântico africano com o facto da mesma vir a servir como um Fórum para a troca de melhores ideias, práticas e políticas públicas, dirigidas a solucionar os desafios que os países ainda enfrentam.

“Nós, os parlamentares, temos a função nobre de aprovar legislação que promova a paz, a segurança e o desenvolvimento económico na região. Por outro lado, esta Rede pode facilitar a criação de parcerias entre países, promovendo a integração regional e a cooperação em áreas como Comércio, Educação, Saúde e Ambiente”, ressaltou.

Ruth Mendes destacou ainda entre os objectivos da Rede Parlamentar, o estabelecimento de um diálogo contínuo, através da criação de um espaço onde os parlamentares possam discutir questões relevantes e encontrar soluções conjuntas para a promoção da integração dos Estados africanos banhados pelo Oceano Atlântico.

Destacou ainda como função da Rede promover a paz e a segurança dos Estados, através de mecanismos conjuntos para a resolução de conflitos e a promoção da estabilidade política e económica na região do Atlântico, sem descurar o fomento do desenvolvimento sustentável através de incentivos de políticas que respeitem o meio ambiente e promovam o uso responsável dos recursos naturais.

“Embora a criação de uma Rede Parlamentar represente vários desafios para os nossos países, também oferece oportunidades significativas, a julgar pela diversidade de experiências e perspectivas que possam enriquecer o debate e contribuir com soluções inovadoras”, disse a parlamentar

angolana. “Entendemos que, mais do que apontar meros caminhos, devemos juntos criar sinergias a fim de engajarmos e comprometer as nossas instituições numa realidade concreta de realizações em benefício do bem-estar dos nossos povos”, concluiu. (J.A.)++++

Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa da Embaixada da República de Angola na República Portuguesa, 07 de Fevereiro de 2025

Av.ª da República nº68, 1069-213
Lisboa – Portugal
Telf.: (+351) 965902180
Fax: (+351) 217 951 778
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores